

ELZIRA DANTAS MACHADO

Elzira Machado Rosa

Neste artigo esboça-se o percurso biográfico de Elzira Dantas Machado, destacando a sua acção pioneira no âmbito da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916). Explora-se, para o efeito, um acervo de fontes inéditas e confronta-se a informação escrita com a informação oral, à luz da história social e das mentalidades.

Elzira Dantas Machado (1865-1942). Fundadora da Cruzada das Mulheres Portuguesas e dirigente de organizações feministas no início do século XX. Nasceu no Rio de Janeiro (?), em 15 de Dezembro de 1865, no contexto da emigração oitocentista para o Brasil. O seu pai, Miguel Dantas Gonçalves Pereira, natural de Formariz (Paredes de Coura) partiu, do Porto, ainda jovem, em direcção ao Império Brasileiro. Em 1860 estabeleceu-se no Rio de Janeiro, como sócio de uma firma comercial e casou com uma senhora brasileira, Bernardina da Silva, "*que lhe trouxe dez contos de reis de dote e lhe daria a única filha*" (J. F. Alves). Retornou ao país de origem, seis anos mais tarde, enriquecido por via do seu trabalho, mas viúvo. Integrou-se no ambiente de euforia comercial e social da época, contraindo matrimónio pela segunda vez. Doravante, repartirá o seu tempo entre os negócios e a política "*conjugando a vida autárquica com a parlamentar até ao resto da sua vida*": Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura (1882-1895), deputado pelo Partido Regenerador (1878), Conselheiro e Par do Reino (1900).

Em 1876, cheio de vida, fez testamento "*revertendo quase tudo para sua filha única, Elzira, com lembranças a familiares e amigos de Portugal e Brasil...*" (J. F. Alves). Difícil de avaliar em termos de moeda actual, conclui-se, das linhas e das entrelinhas do documento, que se tratava de um importante património.

Filha única deste plebeu ilustre, enriquecido no Brasil, Elzira Dantas herdou uma considerável fortuna, desfrutando, desde a infância, de um ambiente familiar desafogado e relativamente culto. O pai angariara meios para lhe proporcionar uma “*educação esmerada*” e não os economizou, prevendo, aliás, a sua frequência de um colégio na Suíça, no caso de ele próprio falecer antes da criança completar os doze anos de idade. Crescendo, em plena atmosfera da Regeneração, a menina recebeu a educação decorrente da mentalidade da época, em consonância com a ideologia do progresso económico e da utilidade social. Assimilou, portanto, o modelo educativo reservado exclusivamente, às filhas-família, provenientes da alta burguesia, e destinadas ao casamento e à vida do lar: ensino doméstico, com uma sólida componente de formação humanista, baseada na literatura nacional e nas línguas estrangeiras, nomeadamente, francesa e inglesa, que falava fluentemente, brilhando em recepções oficiais e meios diplomáticos, mas não descuidando as tradicionais “*prendas femininas*”. Um dos seus biógrafos retrata-a “*à noite, à grande mesa da sala de jantar, junto do marido, a ler e a comentar a vida dos varões, de Plutarco, no meio do respeitoso silêncio da estremecida prole...*” (J. de Lemos). Os seus livros de estudo, em língua inglesa, conservam anotações registadas pelo seu punho, desde 1875 até 1881 (ano anterior ao do seu casamento). Em princípio, este modelo de educação “*no feminino*” destinava-se ao perfeito desempenho dos papéis domésticos, mas, na prática, encerrava um duplo desafio visto que a incitava ao investimento no espaço público, por via do estudo e do trabalho. Desafio que ela explorou, com inteligência e discrição, preparando-se em duas vertentes: por um lado, consciencializou-se da inevitabilidade das funções tradicionais; por outro, avançou, em simultâneo, com uma auto-formação, visível no seu percurso pessoal, através da qual ultrapassou os constrangimentos originais: leu, reflectiu, viajou pela Europa e Brasil, relacionou-se e correspondeu-se com numerosas e ilustres personalidades da sua geração, entre as quais as escritoras feministas portuguesas, espanholas e francesas, que a sensibilizaram para a “*questão feminina*”. Destacam-se, pela sua amizade ou influência, Alice Pestana, Ana de Castro Osório, Maria Veleda e Carmen de Burgos, com quem manteve um frutuoso intercâmbio intelectual, através do qual passou o dramatismo da “*Grande Guerra*” com os problemas sociais e políticos envolventes.

Em 1882 casou com Bernardino Machado, também ele filho de plebeu nobilitado e enriquecido no Brasil. O jovem professor universitário de Coimbra já revelara, à data, a sua craveira intelectual e uma vocação inequívoca para a brilhante carreira político-intelectual que viria a percorrer. Os pais viram, portanto, com bons olhos, a inclinação dos dois

jovens, cujo casamento veio reforçar as raízes minhotas da família, ligando duas casas abastadas da província.

Para a noiva, que completara, então, dezassete anos de idade, o consórcio com o futuro estadista representava a perspectiva de trilhar duas vias pessoais diferentes, as quais, não sendo, por natureza, contraditórias, seriam, no mínimo, difíceis de conciliar: a tradição e a emancipação femininas. A sociedade exigiria, sempre, o cumprimento das tarefas familiares; mas, em contrapartida, o casamento com uma figura de destaque na cena política nacional, significava a abertura de horizontes socioculturais mais vastos com oportunidade de manifestar as suas ideias e de as aplicar. Assumiu, com gosto e simplicidade, a sobreposição de funções, tanto na esfera privada como na pública.

No domínio da vida privada, Elzira Dantas actualizou o modelo de comportamento social “no feminino”, através da sua tríplice função de mãe-educadora, gestora do património familiar e colaboradora do marido no ambiente doméstico e social. Responsável por uma família excepcionalmente numerosa (19 filhos), orientou-a no culto da autenticidade e do dever. Educadora, valorizou a formação moral de preferência à instrução, partilhando a opinião de alguns/algumas intelectuais portugueses/as, dos fins do século XIX. Os filhos formaram-se no âmbito do ensino superior (contando-se, entre eles, dois professores catedráticos); das quatro filhas mais velhas, uma formou-se num colégio da Suíça e as três restantes foram educadas no Real Colégio Ursulino das Chagas, em Coimbra; das filhas mais novas, duas frequentaram o Liceu Camões, em Lisboa; todas elas aprenderam música (piano ou violino), canto e desportos. Durante a Primeira Guerra Mundial, um dos seus filhos, Bernardino Luís, ofereceu-se como voluntário para prestar serviço militar, na Frente Ocidental. Aqui se encontrou com o seu pai, Bernardino Machado, quando este efectuava a sua Visita Presidencial ao C. E. P., em 1917. Momentos de comoção vivida e testemunhada!

Constrangida pelas vicissitudes da carreira académica e política do marido, esta “dona de casa” viu-se obrigada a frequentes mudanças de residência, tanto no país como no estrangeiro. O casal habitou, no mínimo, treze moradias, em território português, com todos os incómodos que significam a deslocação de um grande agregado familiar, cheio de crianças, de diversas idades. A partir de 1907 (data em que Bernardino Machado se demitiu do cargo de professor catedrático) a família veio residir em Lisboa. Aqui, entre outras casas, a gestora do lar superintendeu e condicionou, às necessidades da vida quotidiana, o Palácio de Belém (na parte reservada à residência oficial do Presidente da República, ocupada por Bernardino Machado, no seu primeiro mandato presi-

dencial), a Cidadela de Cascais (alojamento similar), e o Castelo de St.^a Catarina, na Cruz Quebrada (onde se encontrava Bernardino Machado, quando partiu para o segundo exílio, em 1927). Administrou, em simultâneo, com rigor e sobriedade, um conjunto de propriedades rurais, dispersas pela província minhota: o Palacete e a Quinta de Mantelães, residência original da família de seu pai, Miguel Dantas; a casa de Molêdo, habitação de veraneio; e, especialmente, as casas e quintas situadas no Concelho de Vila Nova de Famalicão, região onde permaneciam as moradias originais da Família Machado: casas de Torre de Cima, Solar de Rorigo e o Palacete brasonado no centro da Vila. Incluiu, na função de gestora do património *“discretas dádivas à pobreza obscura ... pois não seria capaz de proceder como muitos favorecidos pela fortuna que, insensíveis, se fechavam, friamente, ante a desventura e tribulações do próximo...”* (J. de Lemos).

A sua casa, apesar das alternâncias impostas pela absorvente carreira política do estadista, funcionou como um centro de convívio social e cultural, onde germinaram ideias, se fomentaram revoluções e se cruzaram percursos, tais como os das personalidades da *“Geração de 70”* e dos políticos republicanos. Tanto em Portugal como no exílio, esta dona de casa recebeu e hospedou uma plêiade de homens e mulheres de cultura, portugueses e estrangeiros, mais ou menos célebres. Encontravam-se ligados a círculos de sociabilidade tão diversos como as letras, as ciências, a política, a pedagogia e as correntes pioneiras da emancipação feminina. Destacam-se, entre muitos outros: Guerra Junqueiro, Joaquim Urbano, Teófilo Braga, Afonso Costa, Jaime Cortesão, Agatão Lança, Francisco Giner de Los Rios, Alice Pestana e Ana de Castro Osório.

Inserida no meio desta *“elite”* político-intelectual, Elzira Dantas comungou, naturalmente, do ideário republicano e feminista, encontrando-se em condições de o manifestar. Defendeu, publicamente, o seu projecto em prol da promoção social da mulher e concretizou-o no âmbito das instituições femininas que fundou ou com as quais colaborou. A sua intervenção nas organizações de mulheres desenvolveu-se em duas conjunturas políticas e mentais diferentes: no período imediatamente anterior e posterior à implantação da República, época em que a *“intelligentzia”* feminina acreditava na capacidade de resposta do novo regime político para as suas justas aspirações cívicas; e, no contexto da Primeira Guerra Mundial, quando mulheres e homens em uníssono defenderam a liberdade da Pátria e os valores democráticos ameaçados. No primeiro momento, encontramos a sua colaboração activa na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas [1909-1919], da Associação de Propaganda Feminista [1911-1918], da Caixa de Auxílio aos Estudantes Pobres

do Sexo Feminino (1912), da Obra Maternal (1916) e, do Lactário da Paróquia de S. José, em Lisboa; no segundo momento deparamos com a entusiástica fundação da Cruzada das Mulheres Portuguesas [1916-1933] antecedida pela Comissão Pró-Pátria (1914).

Analiseemos a primeira etapa da sua intervenção pública, no âmbito da Liga Republicana: a fundação deste organismo resultou, entre outros motivos, de um antigo plano amadurecido por Ana de Castro Osório e Bernardino Machado. Em 1904, já a escritora confidenciara ao estadista a sua intenção de organizar uma Liga Feminista para a protecção das mulheres e das crianças, mas que não tomaria qualquer decisão sem ouvir, previamente, o conselho do político.

O projecto viria a concretizar-se, cinco anos mais tarde, inspirando-se nas directrizes político-ideológicas adoptadas pela sua dirigente: educação e instrução das mulheres e das crianças, bem como luta pela conquista dos direitos cívicos e políticos femininos dentro dos princípios democráticos.

A colaboração prestada por Elzira Dantas Machado e marido à dirigente feminista, na criação da Liga, explica-se pela evidente coincidência de perspectivas ideológicas relacionadas com o ideal da promoção cívica das mulheres portuguesas, perspectivas em que se entrelaçavam as correntes culturais do republicanismo e do feminismo.

O apoio às campanhas cívicas de Ana de Castro Osório já se verificara, em circunstâncias similares, nomeadamente quando a escritora fora perseguida pela reacção monárquica e clerical que tentou impedi-la de publicar os seus textos de literatura infantil. Ana de Castro Osório solicitou, no impasse, a intervenção pessoal do político republicano, que acorreu, desbloqueando a situação. A protecção moral, intelectual e material, dispensada pelo estadista e pela sua mulher, às actividades feministas da escritora, persiste, aliás, até à morte desta (1935).

Em referência à Liga Republicana o casal disponibiliza todos os meios ao seu alcance, tanto a nível institucional como a nível familiar, não esquecendo os indispensáveis recursos financeiros. Elzira Dantas, acompanhada de três filhas, Rita, Maria Francisca e Joaquina, representa o núcleo de apoio familiar. Contribuem, na sua qualidade de sócias, com participação activa e auxílio económico em diversas circunstâncias. Em 11 de Agosto de 1910, Elzira Dantas foi instada por Maria Veleda e por Adelaide Cabete para assumir o cargo de presidente daquela instituição, na sequência de certas incompatibilidades verificadas entre as duas facções sócio-mentais da Liga. A divergência girava, essencialmente, em torno da "questão religiosa". Ana de Castro Osório defendia a tolerância religiosa, no interior da instituição, enquanto Maria Veleda argumentava

que não se podia tolerar aquilo que se combatia. Na opinião de Ana de Castro Osório, que se empenhava em reivindicar, gradualmente, o lugar da mulher portuguesa na sociedade, as sócias que constituíam o grupo mais culto da associação apoiavam a sua orientação, enquanto a facção “*mais inculta e impaciente*” considerava a influência de Ana de Castro Osório atrasada e o seu ideal burguês.

Tentando ultrapassar as desavenças, Maria Veleda insiste, junto de Elzira Dantas Machado, para que esta se encarregue da direcção da Liga, observando que “*sem um nome conhecido e respeitável à frente da Liga, esta instituição poderia considerar-se morta, o que seria um fracasso para o partido republicano...*”. Dado o melindre das circunstâncias, a destinatária recusou o convite, mas continuou a manter a sua participação efectiva como se comprova em diversos contextos exemplificados na presidência à festa comemorativa do sétimo aniversário da Liga, realizada em 1916. Tanto ela como as suas filhas, acima referidas, aparecem envolvidas nos seguintes projectos daquele organismo: fundação das escolas móveis em cada local onde se encontrassem sucursais da Liga Republicana (1909); criação de caixas de subsídio às sócias pobres, idosas e doentes; contribuição de donativos para a Obra Maternal e para as sócias mais pobres, em diversas circunstâncias, contando-se entre as últimas Maria Veleda.

O projecto desta “*empresa familiar*”, apostada na difusão de um modelo de autonomia feminina, prossegue no âmbito da Associação de Propaganda Feminista (1911-1918), associação inequivocamente vocacionada para a conquista dos direitos cívicos e políticos das mulheres.

Esta associação “*representou uma viragem em relação à Liga Republicana das Mulheres, não só porque se assumiu como uma organização tolerante, perante as crenças religiosas das sócias e não necessitou de assegurar qualquer vínculo político e partidário, como estruturou a luta de forma diversa...*” (João Esteves).

O seu discurso de cariz feminista, dirigido a uma “*elite*” intelectual feminina, rodeada de políticos e pedagogos, sensibilizados para a mesma questão, explica, mais uma vez, a sintonia do agregado familiar de Elzira Dantas Machado com os objectivos da nova associação.

Em 1911, a representante deste núcleo familiar adere à Associação de Propaganda Feminista, acompanhada de duas das suas filhas, Rita Olímpia e Maria Francisca, na sequência das diferenças de opinião, manifestadas no interior da Liga Republicana.

Durante o mesmo ano, a Associação deliberou enviar à Assembleia Nacional Constituinte uma representação pedindo o voto restrito para a mulher. Entre os deputados que estavam encarregados de elaborar a futura Constituição figurava Bernardino Machado, notável pela sua coerência e apoio à causa feminina; e, uma das cinco sócias que assinavam a

petição era a sua filha Rita. Envolvida no contexto familiar, é natural que Elzira Dantas tenha exercido a sua habitual influência no processo, apesar de não encontrarmos, até à presente data, provas documentais, nesse sentido. De qualquer modo, o resultado da hipotética pressão teria sido, em vão, como, posteriormente, se veio a confirmar.

Entre 1912 e 1914, a militante da Associação interrompeu a sua actividade porque se deslocou ao Brasil, acompanhando o marido, nomeado, nesse período, para desempenhar o cargo de Ministro de Portugal, no Rio de Janeiro.

No regresso, encontram-na exercendo o cargo de Presidente da Associação de Propaganda Feminista, eleita, oficialmente, em 1916, na Assembleia Geral de 15 de Fevereiro. No âmbito do seu mandato [1915, 1916, 1917], contribuiu para o reforço da instituição, desenvolvendo a sua actividade nos seguintes sectores: apresentação de petições sobre os direitos cívicos e políticos das mulheres; promoção da imprensa da Associação; auxílio financeiro; colaboração com organizações de mulheres nacionais e estrangeiras.

No primeiro aspecto colabora com Ana de Castro Osório, Presidente do Grémio Carolina Ângelo. Ambas promovem e assinam uma representação dirigida ao Governo e ao Parlamento, contendo "*o mínimo das reclamações femininas mais urgentes*" [10 de Agosto de 1915]. Cuidaram de a enviar, igualmente, a Teófilo Braga, Bernardino Machado e Afonso Costa. Os ministros, senadores e deputados que receberam o documento "*tiveram todos expressões de aplauso por aquela atitude*". A representação foi lida na Câmara dos Deputados e aprovada a sua publicação no diário das Câmaras. Trata-se de um importante documento que confirma, publicamente, as convicções feministas da primeira signatária. Foi publicado no jornal *A Semeadora*, órgão oficial da Associação de Propaganda Feminista, mas não tivemos acesso à primeira parte do seu conteúdo, possivelmente publicada no número cinco do mesmo jornal, que não encontrámos. Na parte disponível do texto discorre-se sobre as carências da situação das mulheres portuguesas nos domínios da instrução, assistência social, funcionariado público e direitos políticos, apresentando-se as respectivas reivindicações, nomeadamente, no campo dos direitos políticos: o direito de voto restrito "*para as mulheres diplomadas em cursos superiores, como afirmação do princípio do sufrágio universal*"; o direito de serem eleitas, "*antes mesmo de se abrir largamente o eleitorado feminino*". Porque era mais fácil encontrar uma mulher que se distinguisse do que criar o grande eleitorado, contestando-se, embora, a opinião de que a mulher não estivesse preparada para exercer os direitos políticos, num país em que o homem não o estaria melhor!... A experiência poderia iniciar-se no âmbi-

to da administração pública, fazendo-as entrar, com discrição, nas Juntas de Paróquia e nas Câmaras Municipais, onde desempenhariam, com benefício para os munícipes, esses lugares de tanta responsabilidade, “onde se requeria um grande amor à terra portuguesa, que, nas mulheres era proverbial”. Estratégia, gradual, até conquistarem voz no Parlamento!

É interessante notar a coincidência entre o teor destas reivindicações e as propostas avançadas por Bernardino Machado, na sua campanha política a favor da promoção cívica das mulheres, nomeadamente, no âmbito do Primeiro Congresso Feminista e da Educação (1924), no qual o estadista proferiu o discurso de abertura. A verificação deste facto sugere persistência de um património ideológico comum, circulando entre os diversos membros do agregado familiar e entre os seus amigos/as mais próximos/as. Património que se alimentava de um permanente intercâmbio republicano e feminista.

Constituiu-se, entretanto, durante o triénio do mesmo mandato, um grupo editor, a Empresa de Propaganda Feminista e Defesa dos Direitos da Mulher. Era uma sociedade que assegurava a publicação do jornal *A Semeadora*, órgão difusor da Associação de Propaganda Feminista e do seu ideário, distribuído, grátis, pelas sócias [João Esteves]. A Presidente da Associação participa na criação e promoção da Empresa de Propaganda Feminista entrando com duas acções e assumindo, em simultâneo, as funções de Presidente da Comissão dirigente e administrativa da sociedade, comissão composta por mais quatro importantes sócias.

Pautando-se pela mesma ordem de preocupações contribuiu, no meio de diversas sócias, para duas subscrições abertas a favor de duas sócias doentes: Inês da Conceição Conde e Maria Veleda, enferma e lutando com graves dificuldades económicas. A subscrição que reverteu para a última foi organizada através da Caixa de Auxílio dos Estudantes Pobres do Sexo Feminino, instituição social da qual Elzira era igualmente sócia. Efectuou donativos similares para a Obra Maternal (que, entretanto, se filiou na Cruzada das Mulheres Portuguesas).

Representando a Associação, trabalhou, ainda, com diversas organizações de mulheres tanto nacionais como estrangeiras: com o Grémio Carolina Ângelo, colaborando com Ana de Castro Osório, como atrás se referiu; com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, mantendo a sua actividade de sócia-fundadora da Liga, como se comprova pelo convite para presidir à festa do septuagésimo aniversário desta instituição; com a Comissão Feminina Pró-Pátria, organização que precedeu a Cruzada das Mulheres Portuguesas no auxílio aos militares mobilizados; com a Cruzada das Mulheres Portuguesas, acumulando as funções inerentes às duas respectivas presidências; com Carmen de Burgos, pioneira

de organizações feministas espanholas, [com quem se relacionou no contexto específico da Cruzada]; com a *"Alliance internationale pour le suffrage des femmes"* que a informava sobre os movimentos de libertação das mulheres, através do respectivo jornal *Jus Suffragii*.

O seu desempenho não se limitou, portanto, a um papel honorífico como, aliás, a própria Associação reconheceu, registando na acta da sessão que a elegeu, para aquele cargo, o seguinte parágrafo: *"... A nossa consócia, D. Elzira Dantas Machado, nossa ilustre presidente, merece aqui, uma especial menção, pelo auxílio moral que, em toda a parte, presta à nossa Associação e à nossa causa, que defende pela palavra, pelas obras, e pelo exemplo..."* [A Semeadora, n.º 9 15-3-1916, p. 3].

O agravamento da conjuntura política resultante da Primeira Guerra Mundial exigiu uma intervenção diferente por parte das mulheres. Portugal participa no conflito. Os imperativos nacionais suplantam, no momento, os ideais específicos do género. A militante da Associação de Propaganda Feminista empenha-se, prioritariamente, na Cruzada das Mulheres Portuguesas [1916-1933], conjugando a presidência das duas organizações. Inicia, por conseguinte, a segunda etapa da sua intervenção pública.

Os estatutos da Cruzada definiam-na como uma instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitassem, por motivo do estado de guerra com a Alemanha. A criação oficial deste organismo data de 19 de Agosto de 1916; na prática, a respectiva Presidente Geral já se encontrava em exercício, antes disso, como se comprova pela representação que entregou no Ministério da Guerra, comunicando que, no programa dos trabalhos de hospitalização e enfermagem da Cruzada estava consignada a criação dum hospital permanente em Lisboa, com cerca de 400 leitos, e a formação de uma ambulância para cerca de 400 feridos, destinada a prestar serviço nos campos de batalha, onde tivessem de combater os nossos soldados [Decreto n.º 2493 de 3 de Julho de 1916].

Em 1917, numa notável entrevista concedida ao jornal *Capital*, interessado na Cruzada das Mulheres Portuguesas, Elzira Dantas explicou como lançara e concretizara *"aquela linda obra feminina, da qual tinha a honra de ser presidente, e a qual queria como se fosse uma coisa muito da sua alma e do seu pensamento"*. Sublinha a colaboração familiar (nomeadamente de duas filhas, Maria e Joaquina) e de um grupo de senhoras empenhadas e corajosas. Retorquindo ao elogio de *"entusiástica defensora dos direitos das mulheres"*, dirigido pelo jornalista, destaca, pelo contrário, o envolvimento de um número considerável de mulheres portuguesas na *"causa feminina, que era a causa da justiça: contrariada e tão ridicularizada,*

pelos espíritos superficiais, antes da guerra, tinha, então, o reconhecimento da sua legitimidade determinado pelas circunstâncias...”

Na entrevista inquiria-se sobre os princípios ideológicos que nortearam a Cruzada: a sua instituição, programa e objectivos; estrutura orgânica e financiamento; e realizações práticas efectuadas. A entrevistada respondeu, respectivamente, àquelas questões, nos seguintes termos: a Cruzada das Mulheres Portuguesas não obedecia a fins políticos; fundara-se *“na ideia patriótica de ser colaborada por todas as portuguesas, sem outra preocupação que não fosse a assistência às vítimas de guerra”*; no momento em que o país entrara, definitivamente, no conflito, a militante da Comissão Feminina *“Pela Pátria”* [que precedera a Cruzada no auxílio aos militares mobilizados], decidiu que este organismo deveria ser o ponto de partida de uma obra mais vasta, alargando os seus meios de acção para realizar uma finalidade que representasse claramente o espírito e a acção da mulher portuguesa, seguindo o modelo de organizações europeias similares, mas conferindo-lhe um carácter nacional; convocou, no Palácio de Belém, um grupo de senhoras, quase todas das famílias dos membros do Governo, grupo que correspondeu, de forma brilhante, às suas expectativas, pois *“encontrou, em todos os corações o mais patriótico acolhimento”*, nomeadamente, na colaboração de Estefânia Macieira, primeira Secretária Geral, Palmira Pádua e Ester Norton de Matos; em duas reuniões (a segunda mais numerosa do que a primeira) elaboraram, discutiram, *“apaixonadamente”*, e aprovaram, por unanimidade, o programa e os estatutos da Cruzada, demonstrando *“que as mulheres portuguesas, ao contrário do que muitos supunham, tinham uma individualidade e consciência autónoma e desejavam fazer obra da sua própria responsabilidade”*; a responsável pela criação do novo organismo, distingue dois níveis de objectivos no desenvolvimento do seu programa: pretendia-se a curto prazo, a assistência inteligente da mulher portuguesa, não só aos soldados que partiam como às famílias que ficavam; mas, a longo prazo, a recente mobilização voluntária feminina, serviria, no pós-guerra, de enquadramento, para a missão futura da mulher portuguesa, como educadora e dirigente das obras de assistência social. A estrutura da Cruzada, organizada em comissões e subcomissões, e o seu financiamento espontâneo foram os dois principais factores responsáveis pelo sucesso dos resultados.

A avaliação das realizações práticas efectuadas, nos dois primeiros anos (incompletos), deste mandato, remete-nos para a obra concretizada, no âmbito das respectivas comissões: a Comissão de assistência aos soldados angariou meios para a compra de roupas, agasalhos e tabaco para os expedicionários de África e França; encarregou-se da correspondência dos soldados com as suas famílias; requereu ao Governo a cedência do

antigo Palácio de Linhares, em Arroios, preparando-o para futura Escola de Soldados, inutilizados por efeito da guerra, imitando iniciativas similares, levadas a efeito em todos os países envolvidos no conflito. A Comissão de assistência às mulheres concedeu subsídios às mulheres dos mobilizados, remediando o atraso dos subsídios que foram, depois, oficialmente concedidos pelo Governo; criou uma Casa de Trabalho destinada às mulheres dos mobilizados, para, aí, encontrarem a segurança de um labor produtivo e, para algumas, até, a primeira aprendizagem profissional, visando uma actividade laboral honrada, no pós-guerra. A Comissão de assistência infantil fundou uma creche em Xabregas, e estava em vias de acomodar a segunda em Alcântara, beneficiando este bairro donde tantos soldados tinham saído para a guerra, na Europa e em África; preparava jardins de infância articulados com futuras escolas profissionais. A Comissão hospitalar obteve do Governo a cedência do Convento de Campolide para hospital militar, tendo em vista o hospital da Cruzada, modelo de ordem e boa disposição que honraria a iniciativa feminina. A Comissão de enfermagem, particularmente simpática à sua Presidente Geral, lançou os fundamentos para a futura Escola de Enfermagem, preparando, entretanto, enfermeiras para seguirem para França. Entre estas encontrava-se Maria, filha da responsável da Cruzada, que se prontificara para o efeito. A Escola de Enfermagem correspondia a um antigo projecto de Elzira Dantas que, no advento da República, já tentara criar uma Escola de Enfermagem profissional que substituísse, com disciplina e método, a enfermagem religiosa. A Comissão de propaganda organizou setenta e seis subsecções, às quais cabia a assistência local às vítimas de guerra; criou escolas profissionais e colónias agrícolas femininas e auxiliou a colocação de mulheres na vida profissional.

Concluindo com a fundadora da Cruzada, *“o impulso fora muito grande para voltar ao nada de que saíra... As senhoras que, naquele momento, tinham entrado numa tão bela obra, dando-lhe o seu amor e a sua iniciativa, dificilmente se resignariam a ver o seu esforço destruído e as suas obras esquecidas ou mortas...”*

Em Dezembro de 1917, a revolução sidonista interrompeu, brutalmente, a obra e o voto auspicioso da sua criadora. A Junta Revolucionária destituiu Bernardino Machado do cargo de Presidente da República e sua mulher, Elzira Dantas, acompanha-o no primeiro exílio.

Em 1919, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xavier da Silva, comunicou à representante da Cruzada das Mulheres Portuguesas, exilada em Paris, que o Presidente da República Portuguesa agraciara aquela benemérita instituição com a grã-cruz da Torre Espada, pelos humanitários e relevantes serviços prestados aos soldados que haviam combatido em África e França, concedendo, em simultâneo, à respectiva Presidente a

grã-cruz da Ordem de Cristo, como “*homenagem à dedicação e civismo manifestado no desempenho do cargo e às suas altas virtudes de senhora...*”.

O casal regressaria à Pátria, de luto, inconsolável, pela morte da sua filha Maria, vítima da pneumónica, em Hendaya. Pobres pais!

A viragem política no interior do regime republicano e o profundo desgosto provocado pela morte da filha foram, por certo, dois factores que pesaram na decisão de Elzira Dantas para abandonar as funções directivas. Em Fevereiro de 1923 escreve a Etelvina Pereira d’Eça, Vice-Presidente da Assembleia Geral da Cruzada, solicitando a demissão e agradecendo às consócias a colaboração prestada. No ano seguinte, a Assembleia Geral de 2 de Abril elege-a, de novo, desta vez Presidente de Honra da Cruzada das Mulheres Portuguesas, eleição que “*não era mais do que um acto de justiça daquela agremiação que tanto lhe devia...*”.

O declínio político da Primeira República acelerou-se, entretanto, no contexto crítico do pós-guerra. Seguiu-se o período de conspiração partidária e o golpe militar que pôs fim ao regime (1926). Bernardino Machado, que renunciara de livre vontade ao seu segundo mandato presidencial, abandonou, mais uma vez, o país, intimado pelos ditadores vitoriosos (1927).

Acompanhando o marido no segundo exílio, Elzira Dantas viveu treze anos amargurados, ora em Espanha, ora em França, mudando, frequentemente, de residência ao sabor da instabilidade conjuntural espanhola e do relacionamento político entre os dois Governos ibéricos. Ultrapassando as limitações, a sua casa funcionou, mais uma vez, como um pólo de resistência contra a ditadura: recebeu e auxiliou os emigrados republicanos (quantas vezes à custa do pecúlio pessoal?) e apoiou a organização de encontros e reuniões domiciliárias com os responsáveis da oposição ao salazarismo e demais resistentes. Compartilhou, com o estadista exilado, as retaliações desencadeadas por parte do Estado Novo: imposição de uma multa de 200 contos, sob pretexto de conspiração contra a Pátria; perseguição e prisão política de diversos membros da sua família, em especial dos filhos, unicamente pelo facto de o serem... Da época de exílio, Elzira Dantas deixou-nos um comovente legado literário: a obra intitulada *Contos – para os meus netos* escritos em La Guardia, com o coração apertado de saudades da família e de Portugal (1934). Trata-se de um livro de contos para crianças, de cariz formativo, característica inerente à literatura para a infância, no princípio do século XX. Recria cenas do quotidiano infantil, exaltando as virtudes do estudo e do trabalho, bem como o mundo encantado das fábulas. A narrativa enquadra-se, normalmente, no ambiente minhoto, reavivando as raízes familiares: Mantelães e Moselos (Paredes de Coura), Joane (Vila Nova de Famali-

ção), Covas (Caminha) e Molêdo do Minho. Estas pequenas histórias, ora divertidas ora moralistas (sempre graciosas), retratam a personalidade ou estimulam a fantasia daqueles que as haviam inspirado: os seus netos. A experiência literária foi elogiada por escritores estrangeiros e nacionais, entre os quais Aquilino Ribeiro. A autora colaborou, igualmente, em diversos periódicos infantis, tais como, a título de exemplo, "O Comércio Infantil" (suplemento do jornal *O Comércio do Porto*, 1942). Em Maio de 1940, no contexto da segunda guerra mundial, regressou a Portugal. Restou-lhe pouco tempo para reencontrar a família e usufruir da chamada "liberdade suficiente", na expressão de Salazar. Em 21 de Abril de 1942 faleceu no Porto, "encerrando os sacrifícios da sua vida com o estoicismo da sua morte" (Bernardino Machado). Durante o seu percurso pessoal, Elzira Dantas Machado viveu, sem dúvida, momentos de triunfo mundano, mas também experimentou a adversidade: perdeu quatro filhos, enfrentou duas guerras mundiais e sofreu dois exílios que lhe roubaram a alegria de viver no aconchego da Pátria e da família.

Educada na ética republicana, trocou a comodidade de um estatuto social elevado pela responsabilidade da intervenção pública; ao ócio e à frivolidade preferiu o testemunho das suas convicções; desprezando o protagonismo mediático, contribuiu, de facto, para reduzir a exclusão cívica das mulheres.

Escolheu, como tantas portuguesas, "a aventura de participar no enigma do processo histórico, em vez de continuar a alimentar a representação das mulheres, como um enigma da natureza" [Geneviève Fraisse].

Para consultar bibliografia ver: www.fcsh.unl.pt/facesdeeva

Da infância aos primeiros passos no jornalismo

Filha de uma angolana natural de Luanda (educada num convento segundo os padrões da época) e de um contabriliceiro (republicano e